

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**Decreto-Lei n.º 248/92****de 11 de Novembro**

O Governo, no seu Programa, erigiu o combate à droga como área a merecer particular empenho, impondo-se, no âmbito do Projecto VIDA, reforçar os meios de combate àquele flagelo.

Mas o combate eficaz à toxicodependência só é possível com uma ampla participação da sociedade civil.

O problema da toxicodependência é um problema da sociedade global. Considerar o sucesso como o único valor, os meios económicos como recurso prioritário e a agressividade como processo para atingir qualquer objectivo tem constituído para muitos o princípio de uma grande frustração. A sociedade, cultora dos individualismos, altamente permissiva e com uma crise profunda ao nível de instituições chave como a família e a escola, deu origem a grande número de pessoas em sofrimento, especialmente jovens para quem o espaço afectivo e o projecto de futuro se encontram muito reduzidos, quando não completamente fechados. Neste contexto, a busca de soluções imediatas, sobretudo de natureza sensorial, constitui uma tentação permanente. É por isso que milhares de jovens procuram no consumo da droga uma fuga às responsabilidades que não assumem e ao sonho que não conseguem concretizar. Há na sociedade portuguesa muitas pessoas em crise, muitas famílias em sofrimento, muitas estruturas abaladas pelo aumento do número de toxicodependentes. O Projecto VIDA nasceu para ir ao encontro de todos eles, para ajudar os jovens na descoberta da verdadeira liberdade individual e social, para colaborar num autêntico processo educativo que leva a todos os cidadãos um estilo saudável de vida, para congregar pessoas, famílias e estruturas sociais no trabalho comum de prevenir a toxicodependência, de acompanhar os doentes que na droga perderam a liberdade e de os reintegrar na sociedade quando recuperados.

Mas para conseguir tudo isto é indispensável mobilizar a sociedade civil, as escolas e os centros de saúde, espaços normais de educação das pessoas, mas também as associações de famílias e as associações de jovens, tradicionais lugares de encontro, o patronato e os sindicatos, num diálogo colaborante, os diversos grupos religiosos e os vários partidos, como educadores da opinião pública, os grandes meios de comunicação social e as pequenas publicações periódicas tão vulgarizadas por toda a parte, responsáveis como são na transmissão de valores na comunidade humana.

O papel da sociedade civil na construção e no dia-a-dia do Projecto VIDA deve ser uma realidade cada vez mais importante. A existência de uma preocupação grande como o incrementar do papel da sociedade civil deverá, pois, constituir uma das principais prioridades do Projecto VIDA e em especial do seu alto-comissário.

As permanentes mudanças de atitude perante estes problemas e as diversas formas de o abordar implicam necessariamente que se proceda a uma educação permanente em relação a ele.

E as mudanças pretendidas serão tanto mais eficazes quanto mais informados estiverem os cidadãos. Mudanças por decreto-lei, em áreas tão sensíveis como estas, só são passíveis de se realizarem se os cidadãos assim o quiserem e assim o entenderem.

Por outro lado, é necessário e urgente desenvolver e consolidar uma real e eficaz coordenação intersectorial neste domínio.

A conjugação de esforços e a coordenação de acções e iniciativa são nesta área, muito em particular, condição indispensável de sucesso.

Além disso, o Projecto VIDA precisa de apresentar garantias de desburocratização e de coordenação, com especial incidência no seu nível central.

Assim, todos os serviços e instituições que desempenhem actividades no combate à droga devem estar devidamente enquadrados e coordenados pelo Projecto VIDA.

O resultado de qualquer reformulação, por melhor intencionada e correcta que seja, depende sempre de quem a executa e dos meios que se lhe facultam, sem deixar de se reconhecer que é área em que as ideias são mais importantes do que as estruturas administrativas.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º O Programa Nacional de Combate à Drogas, designado por «Projecto VIDA», aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/90, de 21 de Abril, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/91, de 12 de Agosto, rege-se pelo presente diploma.

Art. 2.º Na execução do Projecto VIDA intervêm as seguintes entidades:

- a) A comissão interministerial;
- b) O conselho nacional;
- c) O alto-comissário.

Art. 3.º — 1 — A comissão interministerial funciona a nível político e a nível técnico.

2 — A nível político a comissão é presidida pelo Primeiro-Ministro e tem a seguinte composição:

- a) O Ministro da Administração Interna;
- b) O Ministro da Justiça;
- c) O Ministro da Educação;
- d) O Ministro da Saúde;
- e) O Ministro do Emprego e da Segurança Social;
- f) O Ministro Adjunto;
- g) O alto-comissário.

3 — A nível técnico a comissão adopta a designação de grupo técnico interministerial, que é presidido pelo alto-comissário, integrando um representante de cada um dos membros do Governo a que se refere o número anterior, por eles designado.

4 — Cabe ao grupo técnico interministerial preparar a agenda de trabalhos da comissão interministerial e promover uma articulada execução, em cada departamento, das medidas adoptadas no âmbito do Projecto VIDA.

Art. 4.º — 1 — O conselho nacional é um órgão de consulta do Primeiro-Ministro.

2 — O conselho nacional é integrado pelas entidades a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/90, de 21 de Abril.

Art. 5.º — 1 — A coordenação, supervisão, acompanhamento e avaliação das medidas a desenvolver no âmbito do Programa Nacional de Combate à Droga, designado por Projecto VIDA, são cometidas a um alto-comissário para o Projecto VIDA.

2 — O alto-comissário para o Projecto VIDA é nomeado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/90, de 21 de Abril.

3 — O alto-comissário promoverá a criação de um sistema coerente de recolha e tratamento de dados, aos mais diversos níveis de combate à droga.

Art. 6.º — 1 — A acção do alto-comissário tem âmbito nacional.

2 — Para o exercício das funções cometidas ao alto-comissário as entidades públicas devem prestar toda a colaboração necessária, facilitando as informações solicitadas e o acesso aos serviços e documentação.

Art. 7.º O alto-comissário apresentará ao Primeiro-Ministro relatórios quadrimestrais sobre a execução das suas funções.

Art. 8.º — 1 — O alto-comissário autoriza as despesas nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 323/89, de 26 de Setembro, ou da competência que lhe seja delegada pelo Primeiro-Ministro.

2 — A dotação orçamental do Projecto VIDA constará de verba inscrita no orçamento da Presidência do Conselho de Ministros.

Art. 9.º As competências cometidas pelo presente diploma ao Primeiro-Ministro são delegáveis, com faculdade de subdelegação, nos termos da lei.

Art. 10.º — 1 — Mantêm-se em vigor as resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 17/90, de 21 de Abril, e 31/91, de 12 de Agosto, em tudo quanto não contrarie o disposto no presente diploma.

2 — A referência constante de acto normativo ou administrativo ao coordenador entendem-se feitas ao alto-comissário para o Projecto VIDA.

3 — Cessam as requisições, destacamentos e comissões de serviço do pessoal que exerce funções no Projecto VIDA, salvo se confirmadas por despacho do Primeiro-Ministro, sob proposta do alto-comissário, no prazo de 90 dias contados da data da entrada em vigor do presente diploma.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 13 de Outubro de 1992. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Manuel Dias Loureiro* — *Jorge Braga de Macedo* — *José Manuel Cardoso Borges Soeiro* — *António Fernando Couto dos Santos* — *Arlindo Gomes de Carvalho* — *José Luís Campos Vieira de Castro* — *Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes*.

Promulgado em 31 de Outubro de 1992.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 4 de Novembro de 1992.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 249/92

de 9 de Novembro

A Lei de Bases do Sistema Educativo — Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro — reconhece o direito à formação contínua a todos os educadores e professores, prevendo que esta seja suficientemente diversificada, de modo a assegurar o aprofundamento e actualização dos conhecimentos e competências profissionais e possibilitar a mobilidade e a progressão na carreira.

Por seu turno, o Decreto-Lei n.º 344/89, de 11 de Outubro, ao regular, de forma genérica, a formação dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, definindo os seus perfis profissionais, enuncia alguns princípios a que a formação deve obedecer e reconhece a importância que a formação contínua reveste nos domínios da competência científica e pedagógica dos docentes. Estabelecendo os seus objectivos, refere-se que a formação contínua constitui condição de progressão na carreira, prevê-se a aprovação, por decreto regulamentar, de um regime de creditação de acções de formação e apontam-se instituições e organismos a quem cabe a iniciativa de as promover.

Também o Estatuto da Carreira dos Educadores e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, se refere à formação contínua como uma das modalidades de formação, reproduzindo o já consagrado no Decreto-Lei n.º 344/89 quanto aos objectivos a atingir e às iniciativas de formação.

Culminando esta evolução, no presente diploma estabelecem-se as finalidades da formação contínua de professores, realçando, entre elas, a melhoria da qualidade de ensino.

Definem-se os princípios a que a formação contínua deve obedecer, as áreas sobre que deve incidir e as várias modalidades e níveis que pode assumir. Contribuindo a formação contínua para a progressão na carreira do pessoal docente, prevê-se a avaliação dos formandos e a consequente atribuição de créditos. Continuam a considerar-se as instituições de ensino superior como especialmente vocacionadas para a formação contínua, facultando-se, porém, a possibilidade de, ao lado destas, outras entidades poderem levar a cabo acções de formação. De entre tais entidades avultam, em particular, os centros de formação das associações de escolas, resultantes de agrupamentos de escolas de uma determinada área geográfica, definida pelo Ministério da Educação. Às associações de professores que respeitem o disposto no presente diploma é também facultada a possibilidade de constituição de centros de formação. Saliente-se, por último, que todas as entidades formadoras previstas, para o serem, se têm de sujeitar a um processo de acreditação.

Finalmente, refere-se a criação de um conselho coordenador da formação contínua, onde têm representação elementos das várias entidades formadoras e do Ministério da Educação, com incumbências vastas nas áreas da coordenação, acreditação e avaliação de todo o sistema instituído.

Completa-se, assim, toda a arquitectura jurídica da formação contínua de professores, condição de estabilidade do sistema educativo, de dignificação da carreira